ARTIGOS

A ESCOLA NOS DIZ: NÃO EXISTEM ARMAS PELA VIDA

ALINE KERBER
Socióloga e especialista em segurança cidadã
aline.kerber@ifidedigna.com.br

Hoje, a América Latina concentra 8% da população mundial e 38% dos homicídios. Por conta disso, 53 organizações da sociedade civil estão disseminando a Campanha Instinto de Vida, com o objetivo de salvar 365 mil vidas em 10 anos na região. Os brasileiros pedem urgência nessa agenda, pois o país é líder em números desse crime no mundo – 60 mil vítimas por ano, e as pessoas sentem muito medo.

O Rio Grande do Sul foi pioneiro no lançamento da campanha no Brasil. Cerca de 200 pessoas de 62 organizações estiveram presentes nessa atividade no final de agosto em Porto Alegre. Quinze prefeitos participaram do evento, e os de Pelotas, Santa Maria, Novo Hamburgo e Cachoeirinha, além do secretário estadual de Segurança firmaram o compromisso para a redução dos assassinatos.

Paradoxalmente, há forças políticas sustentando a necessidade de revogação do Estatuto do Desarmamento em um contexto de ódio e em que as armas são responsáveis por 72% dos homicídios ocorridos no território nacional, como a tragédia do dia 20 de outubro em uma escola em Goiânia, em que foram mortos dois jovens dentro de uma sala de aula e feridos outros quatro – sem arma de fogo, o potencial de lesividade teria sido outro. Aumentar a circulação desse instrumento significa incrementar os crimes violentos que atingem e aterrorizam todas as classes e espaços sociais, em especial violência contra a mulher e assaltos.

> A escola nos mostra que o problema é grave, persistente e pode piorar se nada for feito

No caso da escola, tanto as públicas quanto as privadas necessitam investir em políticas de prevenção à violência para que tragédias como as de Goiânia, Realengo, Columbine não se repitam e não sirvam de inspiração. É fundamental usar o conhecimento para resgatar a vida e os laços de solidariedade, como se almeja com as Cipaves no Estado – pois esse é o melhor instrumento contra a assombrosa letalidade dos nossos dias. A escola nos mostra que o problema é grave, persistente e pode piorar se nada for feito. Aprendamos de uma vez. Chega de velarmos os nossos jovens!

RETROCESSO NA LEI MARIA DA PENHA

MADGÉLI FRANTZ MACHADO
Juíza de Direito titular do 1º Juizado de Violência Doméstica de Porto Alegre
mfmachado@tj.rs.gov.br

A Lei Maria da Penha representa grande conquista dos movimentos feministas em busca da erradicação, prevenção e punição da violência doméstica contra a mulher. Nasceu do trabalho de consórcio de organizações feministas e do debate com a sociedade, atendendo aos anseios populares.

Recentemente, de costas para a sociedade, o Senado aprovou o PLC 07/16. Às avessas do que defendem ONGs feministas, juízes, promotores, Defensoria, OAB e até mesmo Maria da Penha Fernandes, o projeto outorga poder à autoridade policial para conceder medidas protetivas às mulheres em situação de violência doméstica. Para angariar simpatia do público, delegados de polícia argumentam que a mulher espera 48 horas para o juiz apreciar o pedido de medidas protetivas e que isso a mantém em risco.

Esquecem, entretanto, que a Lei Maria da Penha dispõe que, quando da iminência ou da prática de violência doméstica contra a mulher, a autoridade policial adotará, de imediato, as providências cabíveis. Dentre essas, está a remessa imediata do pedido de medidas protetivas ao Judiciário, que está a postos 24 horas por dia, 365 dias por ano, com plantão em todas as comarcas. Por que esperar 48 horas para remeter esses pedidos? É o triste cenário de sucateamento das DPs. Quanto tempo a mais de espera na delegacia para receber a medida? E para a intimação imediata do ofensor? Há mais de 50 mil expedientes nas DEAMs do RS. E só haverá punição do agressor se remetidos ao Judiciário antes da prescrição. Onde está a agilidade pretendida?

> Imposições serão feitas num sistema inquisitorial, sem garantia de defesa e de contraditório

Engodo. Retrocesso que subverte o foco da lei, que é garantir acesso das mulheres à Justiça. Medidas protetivas protegem as mulheres. Mas restringem direito de ir e vir do suposto agressor; suspendem seu direito de visitar filhos; obrigam-no a pagar alimentos. Restringem direitos fundamentais, portanto, devem ser submetidos a prévia decisão judicial. A vingar o art. 12-B do PLC, essas imposições serão feitas num sistema inquisitorial, sem garantia de defesa e de contraditório. E, para as vítimas, haverá apenas a "sensação" de segurança. E só. A jurisdição é prerrogativa constitucional da magistratura, mas também é garantia da sociedade.

OPINIÕES ONLINE

- Quantas vezes nos calamos diante de bullying?, pergunta professora **Marisa Piedras**
- Professor **Antonio Domingos Padula** trata dos limites dos direitos de propriedade

GAÚCHAZH. Leia os artigos em **bit.ly/opinioesonline**

Artigos devem ter até 2.100 caracteres. Os textos assinados não representam a opinião do Grupo RBS.
bit.ly/opiniaogauchazh **artigozh@zerohora.com.br** **@opiniaozh**

IOTTI

iotti@iotti.com.br

RBS BRASÍLIA

GAÚCHAZH. Veja outras colunas em **gauchazh.com/carolinabahia**

Carolina Bahia
carolina.bahia@gruporbs.com.br
@Carolina_Bahia

Pacotão pós-denúncia

A equipe econômica de **Michel Temer** estuda lançar um pacote econômico pós-denúncia para incentivar a economia. Seriam ações para promover o consumo, tirar o programa de concessões de estradas do papel e consolidar a política de reformas. Em tese, a equação perfeita na tentativa de reconstruir a imagem do governo, para que Temer entre em 2018 com algum fôlego. Na prática, uma agenda natimorta. Mesmo com os juros em baixa, o orçamento é curto para badalar oferta de crédito e governistas já reconhecem total desinteresse político em levar adiante a reforma da Previdência. Sobra o programa de concessões, a oferta do bloco do Rio Grande do Sul deve ocorrer até o próximo ano. O enterro da primeira e da segunda denúncia têm um alto custo para o país, conta que o Planalto começará a pagar no dia seguinte à votação. Diante do orçamento curto e de aliados com a cabeça em 2018, será difícil para o governo colocar a máquina para andar novamente.

VIRANDO

O PRB espera aumentar o nível de fidelidade da bancada na votação de amanhã. Na primeira denúncia, 15 votaram a favor do presidente e seis contra, com uma abstenção. Articuladores do Planalto estão tentando virar esses votos. Líderes do partido esperam contar, por exemplo, com o voto do gaúcho **Carlos Gomes**.

BEM DEVAGAR

Advogado-geral do Senado, **Alberto Cascais** afirma que ainda nesta semana divulga parecer sobre a nova representação contra o senador **Aécio Neves** (PSDB-MG) no Conselho de Ética. A análise foi solicitada pelo presidente do conselho, senador **João Alberto Souza** (PMDB-MA). O PT protocolou pedido de afastamento por quebra de decoro parlamentar contra o tucano há quase um mês.

AMNÉSIA

Em campanha antecipada à Presidência da República, **Lula** vem criticando as medidas de ajuste fiscal e as reformas do governo **Temer**. Lula só faz questão de esquecer que ele mesmo, no início do seu primeiro governo, colocou em prática um duro ajuste, capitaneado pelo então ministro da Fazenda, **Antonio Palocci**, desagradando aos próprios petistas.

Colaborou Silvana Pires